ISSN: 2358-8829

AÇÕES AFIRMATIVAS E JUSTIÇA SOCIAL NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA LEI DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Yure Oliveira Venceslau [1]

RESUMO

Este artigo discute a necessidade da manutenção da política de cotas raciais no ensino superior brasileiro a partir de uma análise histórica da educação e das desigualdades raciais que marcaram a formação social do país. Parte-se da compreensão de que o sistema educacional brasileiro foi constituído em um contexto de escravidão, exclusão da população negra do acesso à escolarização e ausência de políticas de integração educacional após a abolição. O objetivo é analisar em que medida a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, configura-se como uma política pública necessária ao enfrentamento de desigualdades educacionais historicamente produzidas. O referencial teórico fundamenta-se em Florestan Fernandes (1978), Darcy Ribeiro (1995), Dermeval Saviani (2007), Kabengele Munanga (1999), Nilma Lino Gomes (2017), Silvio Almeida (2019) e Sueli Carneiro (2023), cujas contribuições permitem compreender o racismo estrutural como elemento constitutivo das instituições sociais e educacionais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa documental contempla a análise das Ordenações Filipinas (1603), da Constituição do Império do Brasil (1824), da Lei nº 5.465/1968 (Lei do Boi), da Lei nº 10.639/2003, da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e da Lei nº 14.723/2023, que atualizou a política de cotas, buscando compreender a evolução das políticas educacionais e das ações afirmativas no país. Os resultados indicam que a exclusão educacional da população negra constituiu um processo histórico estruturante da sociedade brasileira. A análise demonstra que as ações afirmativas representam uma resposta às desigualdades produzidas por esse processo, evidenciando que a política de cotas permanece necessária para promover a democratização do acesso ao ensino superior, ampliar a igualdade de oportunidades e contribuir para a efetivação da justiça social no campo educacional.

Palavras-chave: Educação antirracista, História da educação, Políticas públicas, Racismo.

[1]Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Mesre em Educação pelo Programa de Pós-garduação em Educação da UESB (PPGED). E-mail: yure.venceslau@uesb.edu.br;